



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 160/2013

Proíbe a cobrança de valores adicionais – sobretaxas para matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de *Down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes.

**Art. 1º** Fica proibida a cobrança de taxa de reserva ou sobretaxa ou a cobrança de quaisquer valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de *Down*, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras síndromes, com vistas a garantir o ingresso do estudante em instituição de ensino.

**Art. 2º** As instituições de ensino devem estar preparadas para receber o aluno especial, dispondo de corpo docente qualificado para tal, a fim de atender todas as necessidades desse aluno, sem que isso implique gastos extras.

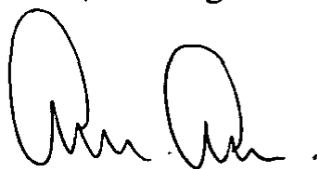
**Art. 3º** O descumprimento do preceituado nesta Lei sujeitará a instituição infratora ao pagamento de multa no valor equivalente a 60 (sessenta) UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Paraná) por aluno portador de qualquer síndrome.

**Parágrafo único.** O valor estabelecido no *caput* deste artigo será revertido para a Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

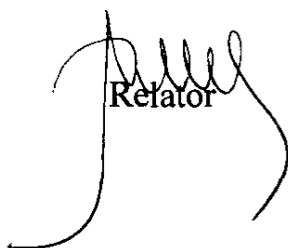
**Art. 4º** O Poder Executivo Estadual poderá regulamentar esta Lei no que for necessário.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2013.



ALEXANDRE CURI  
Presidente



Relator





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 226/2013

Declara de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

**Art. 1º** Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança de Jardim Alegre, com sede no Município de Jardim Alegre e foro no Município de Ivaiporã.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita de um dos membros da Comissão de Redação.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.

Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 259/2013

Declara de Utilidade Pública a  
Associação BEIT ABBA, com  
sede e foro no Município de  
Toledo.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação  
BEIT ABBA, com sede e foro no Município de Toledo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 19 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um membro da comissão.

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Assinatura manuscrita, provavelmente do relator.

Relator



~~ANTE~~PROJETO DE LEI 305/13

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Ponta Grossa.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Ponta Grossa, dos seguintes imóveis:

- um lote de terreno localizado na quadra 09 (nove), oriunda de subdivisão da área de terreno denominado "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Francisco Ribas por 84,70 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua B, onde faz esquina, do lado direito, com a rua Manoel Soares dos Santos, onde faz esquina e, de fundo com a rua Dayli Luiz Wambier, perfazendo a área de 7.555,24 m<sup>2</sup>, conforme a Matrícula nº12.198 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa;

- um lote de terreno localizado na quadra nº 11 (onze), oriunda da subdivisão da área de terreno denominada "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Daily Luiz Wambier por 31,00 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua "B", onde faz esquina, do lado direito com a rua Manoel Soares dos Santos onde faz esquina, e de fundo com a faixa de regularização do arroio, perfazendo a área de 2.765,20 m<sup>2</sup>, conforme a Matrícula nº12.199 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa.

**Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para o serviço público municipal.

**Parágrafo único.** O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos, a finalidade estabelecida no *caput* do presente artigo.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de julho de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

MENSAGEM

Nº 071/2013

Curitiba, 09 de julho de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DL para providências.

Em, 5/07/13

Senhor Presidente,

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Ponta Grossa, dos seguintes imóveis:

- um lote de terreno localizado na quadra 09 (nove), oriunda de subdivisão da área de terreno denominado "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Francisco Ribas por 84,70 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua B, onde faz esquina, do lado direito, com a rua Manoel Soares dos Santos, onde faz esquina e, de fundo com a rua Dayli Luiz Wambier, perfazendo a área de 7.555,24 m², conforme a Matrícula nº 12.198 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa;

- um lote de terreno localizado na quadra nº 11 (onze), oriunda da subdivisão da área de terreno denominada "A", situada no Bairro das Órfãs, medindo 89,20 m de frente para a rua Dayli Luiz Wambier por 31,00 m de frente ao fundo em ambos os lados, tendo no fundo igual metragem da frente, confrontando de quem da rua olha do lado esquerdo com a rua "B", onde faz esquina, do lado direito com a rua Manoel Soares dos Santos onde faz esquina, e de fundo com a faixa de regularização do arroio, perfazendo a área de 2.765,20 m², conforme a Matrícula nº 12.199 do Registro de imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público eis que os referidos bens imóveis serão utilizados, exclusivamente, para instalações de serviços públicos municipais.

É importante mencionar que no texto do Anteprojeto de Lei constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com a cláusula de inalienabilidade, que será usado exclusivamente para o fim previsto, que retornará ao patrimônio do Estado do Paraná em caso de destinação diversa e que o donatário terá o prazo de dois anos para efetuar a regularização registral da titularidade dos imóveis, caso contrário os mesmos também retornarão ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 11.246.253-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.  
Em, 15 JUL. 2013  
1º Secretário

14:29 15/07/2013 006124 INP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Péricles de Mello*



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº.305/2013**

Projeto de Lei nº 305/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 71/2013

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao município de Ponta Grossa.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEIS AO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. APROVADO.

### **I - RELATÓRIO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 71/2013, visa efetuar a doação ao município de Ponta Grossa, dos imóveis que especifica, de propriedade do Estado do Paraná.

### **II - ANÁLISE**

Preliminarmente vale ressaltar a compete da Comissão de Constituição e Justiça, que em consonância com o disposto no artigo 33 - A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, juridicidade, legitimidade do proponente, bem como se a técnica

legislativa ora utilizada esta em conformidade com a Lei Complementar 95/1998.



Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e



mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno dos mesmos ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.



### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

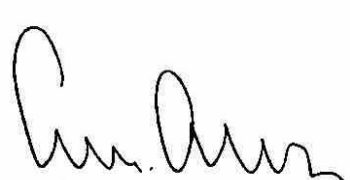
Sala das Comissões, 08 de agosto de 2013.


  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO PERICLES DE NELLO**  
**RELATOR**

**APROVADO**

06/08/13 

  
Dep. Curi

  
Dep. Bupion

  
Dep. Pastor

  
Dep. Carli

  
Dep. Coito

  
Dep. Heron P.

  
Dep. Turini



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;  
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 305/2013**

Projeto de Lei nº 305/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 071/2013

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica ao Município de Ponta Grossa.**

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 305/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 071/2013**, objetiva efetuar a doação dos imóveis que especifica, ao Município de Ponta Grossa no Estado do Paraná, para fins de utilização da Administração Pública Municipal, das áreas citadas no Anteprojeto de Lei, conforme as Matrículas nº 12.198 e 12.199 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição Imobiliária de Ponta Grossa-PR.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 305/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar o município de Ponta Grossa no Estado do Paraná, com a doação de imóveis destinados exclusivamente ao Serviço Público Municipal. As áreas a serem doadas serão utilizadas especificamente para o desenvolvimento de atividades de prestação de serviço municipal, o investimento em áreas para essa finalidade, atende diretamente aos interesses dos moradores e preza por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população. Este será um investimento por intermédio da Prefeitura Municipal e Governo do Estado, com ações que fortalecerão de forma direta o crescimento no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercilio Turin  
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;  
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpre a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 305/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 071/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;

(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Lembrando que estes imóveis poderão retornar ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*, (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o Projeto de Lei 305/2013,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;  
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população, restando assim grandes benefícios em sua composição para ser aprovado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR


Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Péricles de Mello, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Ponta Grossa, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.


Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 305/2013, em sua forma apresentada.

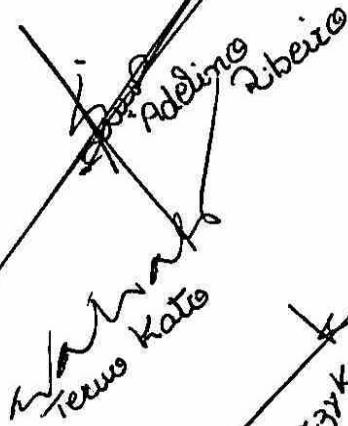
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*  
*Sala das Comissões em 12 de agosto de 2013.*

  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão

  
**TERCÍLIO TURINI**  
Relator

  
Elton Welter

  
Jonas Guimarães

  
Adelino Ribeiro

  
Teruo Kato

  
Pastor Edson Praczyk